

ANPUH 2015 – Floripa

Sessão Temática: Autoritarismo e direita: doutrinas, práxis e movimentos

**Título: “Brasil: Ame-o ou deixe-o,” ou: como os militares discordaram sobre a propaganda oficial durante o regime**

NINA SCHNEIDER

Como o regime militar chegou ao poder por um golpe, em vez de uma eleição direta e pelo voto livre do povo brasileiro, o mesmo careceu de legitimação. Embora o golpe inicialmente houvesse sido celebrado pela maioria da grande imprensa e por milhares de cidadãos, principalmente os de alta renda, o quadro mudou ao final dos anos sessenta: uma pesquisa do IBOPE mostra que naquele momento a popularidade do regime estava em baixa. Por isso, em 1967, o então Presidente, General Costa e Silva, instalou um pequeno grupo de relações públicas, chefiado pelo Coronel Hernani Aguiar, com o objetivo de melhorar (sua popularidade; a popularidade da presidência OU a popularidade do regime) (BN/AERP/1o Seminário, 1967: 41-42). Mais tarde, no dia 15 de janeiro de 1968, uma instituição própria fora instalada para coordenar as relações públicas do regime de uma maneira mais sistemática, a *Assessoria Especial de Relações Públicas* (AERP).

Esta contribuição aborda a propaganda oficial durante o regime militar brasileiro (1964-85), institucionalizada pela AERP e seu órgão sucessor, a *Assessoria de Relações Públicas* (ARP). O objetivo principal será mostrar que existiam projetos, filosofias e práticas autoritárias distintas dentro do regime militar, e que a chamada “direita” merece um olhar mais apurado, que explore suas nuances. Para atingir esse fim, enfoca os conflitos entre militares sobre *o tipo* de propaganda que deveria ser produzida para legitimar o regime, que careceu de legitimação pelas urnas, o padrão num regime democrático. Baseada em extensas pesquisas sobre a propaganda oficial produzida pela *Assessoria Especial de Relações Públicas* (AERP) e pela *Assessoria de Relações*



*Públicas* (ARP) (Schneider 2014), pretende mostrar como o então chefe da AERP, Otávio Costa e equipe, assumiram uma filosofia de propaganda específica, oposta à de certos setores das Forças Armadas, que costumam ser chamados de “linha dura” (um conceito altamente problemático).

Embora este conflito intra-militar tenha sido ocultado pelo regime, que se apresentou como coeso, ele pode ser verificado nas fontes da época. Entrevistas orais, relatórios do SNI, e documentos da própria AERP revelam essa cisão interna. Mitos sobre a suposta unidade militar, já questionados pelo historiador Carlos Fico (1997) no caso específico da propaganda, e por outros historiadores no quadro geral (como João Martins Reis Filho, Maria Celina D’Araújo e Maud Chirio), continuam sendo perpetuados tanto numa certa tendência da produção historiográfica quanto na própria memória social sobre o regime militar, como mostra uma das campanhas mais icônicas e mais recordadas do período – a campanha “Brasil: Ame-o ou deixe-o,” que continua equivocadamente sendo atribuída à propaganda oficial, quando claramente violava a filosofia da AERP. Havia, enfim, projetos, filosofias e práticas autoritárias distintas dentro do regime militar.

### **A filosofia da AERP**

Após um breve período de liderança pelo Coronel Hernani D’Aguiar, a AERP passou a ser chefiada pelo Coronel Octávio Costa, que introduziu um estilo de propaganda bastante distinto. Os filmes de D’Aguiar foram um tipo de propaganda muito óbvio, com ênfase no “Brasil Grande”. Esse tipo de filme foi caracterizado por uma veiculação extensa das riquezas naturais do Brasil e um patriotismo baseado nesses recursos, embora o governo não fosse necessariamente louvado de uma forma evidente. Essa propaganda ufanista costumava criar uma sensação de autoestima elevada ou orgulho nacional, e também foi muitas vezes emitido pelas grandes mídias da época (para uma abordagem mais ampla do ufanismo e toda a tradição de otimismo com relação ao Brasil, veja o estudo clássico de Carlos Fico, 1997: 30).

A AERP de Costa rejeitou esse tipo de propaganda promovida por D’Aguiar. Os



chamados filmes (em realidade curta-metragens) não pareciam propaganda oficial, o que era feito de propósito (entrevista Costa 02.03.2007; Fico, 1997: 113). Parece que o estilo de propaganda de D'Aguiar tinha sido pouco popular (entrevista Costa 02.03.2007). Os filmes da AERP abordaram temas da vida cotidiana, temas que interessavam ao brasileiro comum, como: família, trabalho e patriotismo, e eram acompanhados de músicas promocionais e imagens bonitas. A nova estratégia de propaganda de Costa, oficialmente ratificada no dia 20 de novembro de 1970, demandou que os filmes abordassem temáticas que parecessem apolíticas, omitindo qualquer referência à liderança militar ou políticos do Arena (o culto pessoal foi proibido), e transmitindo valores positivos e “otimismo”. Além disso, foi proibida a apresentação de inimigos (por exemplo o “perigo vermelho”, os “comunistas perigosos”, etc.), e os filmes deveriam ser modernos e de alta qualidade estética, ao contrário das propagandas anteriores, chatas e pouco inspiradoras (AERP [1969?] a/b; AERP 1974). Além deste novo estilo, Costa preferia manter uma aparência democrática pelo desenho institucional, reduzindo os recursos financeiros e pessoais a um mínimo: o tamanho da instituição foi deliberadamente pequeno, e os filmes foram encomendados por concursos cinematográficos, ao invés de serem produzidos diretamente por membros da equipe da AERP (Schneider, 2014:16-17).

### **Desobediência à filosofia da AERP por outros órgãos do estado**

Conforme o regulamento, cabia à AERP coordenar qualquer tipo de relações públicas oficial (inclusive as relações públicas de cada um dos ministérios). Na realidade, porém, vários departamentos estaduais desobedeceram essa ordem, produzindo campanhas midiáticas que violaram as regras da AERP: sendo agressivas em vez de pacíficas, veiculando propagandas de chapa branca em vez de retratar temas da vida cotidiana (o que chamo de propaganda subliminar); e, ao contrário da filosofia de Costa, foram produzidas propagandas de culto pessoal, elogiando membros do governo ou programas específicos. No relatório final, escrito quando a AERP foi fechada (AERP, [1974]: 40), Costa critica a “falta de status” da AERP, reclamando das dificuldades que enfrentou na coordenação com vários ministérios do Estado, e seus gastos exorbitantes (era comum que despesas nem fossem registradas). Reclama também da desobediência às regras da

AERP, como por exemplo a compra de espaço para matérias favoráveis ao governo nos jornais. Há outras fontes que confirmam que a liderança da AERP foi sabotada, além das entrevistas orais e do citado relatório final. Numa carta no arquivo da Marinha na Ilha das Cobras consta que, na ocasião do décimo aniversário do golpe, Costa pediu ao porta-voz da Marinha que se abstinhasse de qualquer “cargo publicitário” e não gastasse dinheiro em campanhas desnecessárias (Schneider 2014: 136, nota 24). Essa carta é importante, pois mostra de que mesmo anos após sua criação, em 1973, a AERP ainda não tinha facilidade em centralizar o sistema de relações públicas do Estado brasileiro. No relatório final consta de uma maneira até explícita que em 1972 toda tentativa de cooperar com os ministérios do Estado foram abandonadas, simplesmente por falta de aceitação.

O antagonista principal, que interessa aqui nessa contribuição sobre práticas autoritárias e a direita, foi a chamada “linha dura”, que residiu no Gabinete Civil, e nos órgãos de inteligência, principalmente no SNI. Mesmo se o SNI, o Gabinete Civil, e o time da AERP estivessem todos à serviço do regime, seria um equívoco pensar que todos apoiavam o mesmo tipo de propaganda do regime. Várias entrevistas com membros da AERP, o relatório final, e pistas na imprensa da época comprovam que havia muitos conflitos. Tanto o líder da AERP, Costa, quanto o líder do órgão sucessor, ARP, Camargo, costumam mencionar os conflitos intensos nos enfrentamentos tanto com o SNI quanto com oficiais mais radicais, um argumento que já foi feito por Fico (entrevistas Costa e Camargo 2007; Camargo, 1995: 144, 184, 216; Fico, 1997). Costa (entrevistas Costa 2007) frequentemente descreve como tanto ele como pessoa quanto o estilo subliminar da propaganda da AERP eram desrespeitados pela linha dura, e como o SNI era muito mais poderoso que a AERP. Um inimigo constante foi Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Civil do governo Médici (Camargo, 1995: 230-33; entrevista Costa 02.03.2007). Embora oficialmente fosse um dever de Costa escrever os discursos do presidente, Abreu o demitiu desse cargo, com o argumento de que as falas de Costa eram “líricas demais”.

No relatório final há alusões aos conflitos, embora mais discretas. Por exemplo, Costa menciona que a AERP forneceu “ajuda técnica” aos programas de terroristas



arrependidos na televisão. Na época “terroristas” foram forçados a gravar um arrependimento para a televisão, como se fosse um simulacro de julgamento (“*mock trial*”). Assim, Costa menciona o atendimento técnico em tom mais frio no relatório (AERP, [1974?]: 32), como se quisesse se distanciar dessa prática. Esse tipo de propaganda mais agressiva violou a filosofia da AERP, porque era violenta, desenhada para causar medo em vez de incentivar a paz e a harmonia, e visava a construção da figura de um inimigo claro. Em entrevista (entrevista Costa 02.03.2007), Costa reafirmou sua posição contrária a este tipo de programa.

O exemplo mais emblemático, que mostra mais claramente os conflitos sobre o estilo da propaganda oficial, é a notória campanha de linha dura “Brasil: Ame-o ou deixe-o.” Em junho de 1969, durante a chamada Operação Bandeirantes (OBAN), adesivos com este slogan foram amplamente distribuídos. Lançada em São Paulo, a Operação Bandeirantes (OBAN), tinha como objetivo eliminar os chamados “sujeitos subversivos”. Ela deu início ao sistema repressor sistemático, o Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações de Informações, ou CODI-DOI (Martins Filho, 1995), e foi financiada por empresários paulistas, fato noticiado na imprensa em 1971, após o assassinato do empresário Boiensen por grupos de guerrilha. Embora a origem exata da campanha “Brasil: Ame-o ou deixe-o” não seja clara, a relação dessa campanha com a OBAN é muito óbvia (Gorender, 1998: 156-67). Gaspari (2002: 380) associa a OBAN ao CIE, liderado por Tavares.

Havia uma discordância contínua entre os serviços de inteligência e os membros da AERP e ARP. Embora seja difícil encontrar provas concretas disso nos documentos do SNI, os conflitos são descritos em entrevistas orais, e até mesmo a revista *Veja* fez uma alusão à discórdia em 1971, quando a AERP ganhou um prêmio para seus curtas-metragens (Schneider, 2014: 136, nota 33). Na *Veja* (no. 122, 06.01.1971: 60) consta que os prêmios também serviram para que o SNI e a mão direita do presidente [Hugo de Abreu], aqueles que constantemente acompanhavam e monitoravam as decisões da AERP, reconhecessem a eficácia do órgão. Em resumo, a organização da propaganda não



cooperou com os órgãos de inteligência, mas, ao contrário, se encontrava em um estado de conflito permanente com estes grupos.

### **A propaganda desejada pelos radicais – “guerra psicológica”**

A filosofia da linha dura, que costuma ser chamada de propaganda agressiva, era ligada à chamada “guerra psicológica”, termo frequente em documentos militares e de órgãos de inteligência do regime militar. O conceito de “guerra psicológica” aparece pela primeira vez em 1941 num texto sobre a propaganda nazista. A partir de 1945, as forças armadas dos Estados Unidos e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) definiram “guerra psicológica” como um conjunto de táticas que incluía “propaganda, covert operations, guerrilla warfare, and [...] public diplomacy” (Simpson: 12-13). Então o ataque não foi limitado ao âmbito das “palavras” ou da retórica, mas incluía também violência física e psicológica. Em 1948, um manual militar dos Estados Unidos usa o termo para fazer referência a “any weapon” (qualquer tipo de arma) que esteja sendo usada para exercer violência (that is used to commit violence). Por tanto a ideia da “guerra psicológica” tinha as suas raízes na estratégia militar estadunidense e provavelmente foi exportada pelo treinamento militar de brasileiros em escolas militares dos Estados Unidos, tais como a famigerada School of the Americas (SOA) no Panamá, que também treinou os agentes de repressão dos ditadores Hugo Banzer e Pinochet. É muito difícil obter provas diretas sobre a “guerra psicológica” nos documentos disponíveis, é até provável que este tipo de operação não fosse documentada de propósito, evitando assim deixar registros (uma prática corrente em regimes ditatoriais, comum por exemplo na Alemanha nazista). Mesmo que as ações da “guerra psicológica” tivessem sido documentadas na época, as fontes se encontrariam hoje nos arquivos que ainda não foram abertos – como os arquivos dos órgãos de inteligência (CIE, CISA, e Cenimar; embora eu tenha ouvido falar que certos documentos, aparentemente “menos interessantes”, da CISA foram entregues ao Arquivo Nacional).

Conforme relatório do SNI, a linha dura exigiu um sistema de censura mais rígido e centralizado, e sugeriu que a ARP deveria assumir este papel. A circular critica a falta de um único órgão que unificasse todos os processos da censura, para substituir o sistema de

censura em existência, que envolvia várias instituições diferentes. O autor da circular reclamou que a ARP deveria assumir este papel, e por tanto inferir diretamente na produção midiática (FGV,CPDOC, EG Pr.1974.04.08, Circular11.051976). Outro documento do SNI, de 18 de novembro de 1974, analisa a derrota eleitoral do Arena, e critica as relações públicas do governo. Conforme a análise deste documento, havia várias razões para a derrota, inclusive a “falta de uma propaganda oficial”, que poderia ter oferecido certo preparo psicológico aos brasileiros para as “mensagens da oposição”. Criticou também a “transformação brusca de uma[euforia adquirido no governo anterior por um sentimento de frustração]” (FGV,CPDOC, EG Pr.1974.03.00, SNI Chefia do Gabinete, 18.11.1974: 1-2). O mesmo documento fala da “necessidade de reorganizar a propaganda oficial”.

Para concluir, esta contribuição tentou mostrar o quanto as filosofias da propaganda (e as respectivas estratégias de legitimação do regime autoritário) eram variáveis. Prova disso são as graves fricções dentro do próprio regime militar. A propaganda do regime tentou esconder a existência desses conflitos, mas é possível afirmar que houveram projetos, filosofias e práticas autoritárias distintas. Isso confirma que o que se costuma chamar de “autoritarismo” e de “direita”, só podem ser compreendidos de uma maneira mais profunda ao estudarmos as práticas autoritárias em sua pluralidade. Enquanto na historiografia brasileira já existem estudos explorando estas nuances, ainda persistem textos historiográficos que tratam as práticas autoritárias como *um só autoritarismo*. Na produção sobre a memória do regime, esse quadro continua sendo muito comum, como já tentei mostrar num artigo sobre os militares cassados (Schneider 2013), grupo que até recentemente foi pouco estudado e lembrado, pois – e esse é meu argumento – rompem com o imaginário social sobre *o que* constitui uma vítima e o que constitui um ~~perpetrador~~ agressor. Uma perspectiva mais densa e diferenciada sobre “o autoritarismo”, que visa iluminar e estudar suas várias doutrinas, práticas e grupos, também gera temáticas ainda pouco estudadas e até polêmicas, sobre as quais futuros estudos poderão vir a se debruçar: como podemos diferenciar entre os diversos graus de cumplicidade e



visões autoritárias distintas dentro do próprio regime, sem ser acusados de escrever uma história relativista?

## Referências

- Assis, Denise (2001) *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: MAUAD.
- Camargo, José Maria Toledo(1995) *A espada virgem: Os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone.
- Fico, Carlos (1997) *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fico, Carlos (2004) Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24 (47), pp. 29-60.
- Galletti, Maria Luiza Mendonça (1980) *Propaganda e Legitimação do poder. Brasil : 1970/1978*. Brasília: MA Thesis, University of Brasília, Department of Communication.
- Garcia, Nelson Jahr (1990) *Sadismo, sedução e silêncio : propaganda e controle ideológico no Brasil, 1964-1980*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gaspari, Elio (2002) *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gorender, Jacob (1998) *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática.
- Martins Filho, João Martin (1995) *O palácio e a caserna: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Edufscar.
- Oberlaender, Ricardo (1984) *História de propaganda*. Rio de Janeiro: Shogun Ed. e Arte.
- Schneider, Nina (2014) *Brazilian Propaganda: Legitimizing a Military Regime*. Gainesville: University Press of Florida.
- Schneider, Nina (2013) 'The forgotten Voices of the *militares cassados*: Reconceptualising “perpetrators” and “victims” in post-1985 Brazil', *Brasiliana-Journal for Brazilian Studies*, vol. 2, no. 23: 313-44.
- Skidmore, Thomas E. (1988) *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-95*. New York: Oxford University Press.
- Smith, Anne-Marie (1997) *A Forced Agreement: Press Acquiescence to Censorship in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.



### **Manuscritos**

Biblioteca Nacional, AERP, 1o Seminário de *relações públicas do executivo, instruções para o funcionamento da A.E.R.P.*, 30 de setembro a 5 de outubro de 1968, Guanabara (Rio de Janeiro: AERP, 1968).

Arquivo Privado José Camargo, AERP, *Manual de serviço de 1969 a 1974* (Rio de Janeiro: AERP, 1969?).

Arquivo Privado José Camargo, AERP, *Documentos fundamentais. Planejamento desenvolvido* (Rio de Janeiro: AERP, [1969?]).

Arquivo Privado José Camargo, AERP, *Relatório de comunicação social (governo e opinião pública)* (Brasília: AERP, [1974?]).

FGV, CPDOC, EG Pr.1974.04.08, Circular11.05.1976.

FGV, CPDOC, EG Pr.1974.03.00, SNI Chefia do Gabinete, 18.11.1974: 1-2.

### **Entrevistas de historia oral**

Interview with General Octávio Costa, Rio de Janeiro, 02.03.2007, 22.03.2007, 05.6.2009.

Interview with Prof. José Cavalieri, Rio de Janeiro, 27.03.2007.

Interview with Gen. José Maria Toledo Camargo, Rio de Janeiro, 07.03.2007.

Interview with Prof. Alberto Rabaça, Rio de Janeiro, 14.03.2007.

Interview with Prof. João Clemente Baena Soares, Rio de Janeiro, 20.03.2007.